

comunicado da
DIRECÇÃO GERAL da AAC
nº7 24/7/74



OS ESTUDANTES E O ACTUAL MOMENTO POLITICO

O reforço e o alargamento das liberdades democráticas já conquistadas, a exigência de uma solução urgente para os mais graves problemas nacionais, como a melhoria das condições de vida e de trabalho das massas trabalhadoras a caminho da sua libertação, o fim da guerra colonial e a eliminação do colonialismo, são os objectivos das forças progressistas portuguesas ao defenderem o processo em curso da democratização da vida nacional.

Na crise política que o País atravessou nos últimos dias todos saíram com maiores garantias de que, uma vez derrotadas as forças da reacção que a novos níveis tentam anular as conquistas populares já obtidas, defendendo a manutenção dos seus privilégios de classe (pois de luta de classes se trata), o País prosseguirá a caminho do futuro, a rota da consolidação da democracia a sucessivos níveis. E se ficarem desfeitas as dúvidas quanto ao real das manobras conspiratórias de elementos reacccionários e fascizantes no seu esforço de impedir ou comprometer o processo em curso; e se resultou bem nítida a necessidade do reforço da vigilância e da unidade de acção de todas as forças democráticas contra as tentativas contra-revolucionárias, também não há que ignorar a exigência que se coloca ao Povo Português de reconhecer no programa do Movimento das Forças Armadas e num Governo Provisório de vasta coligação democrática, os garantias no imediato, dos seus objectivos mais profundos.

É que o dilema que se coloca hoje às massas trabalhadoras e ao Povo Português na perspectiva de construção de um País à medida dos seus interesses de classe é, ou apoiar o Governo Provisório e solidarizar-se com o Movimento das Forças Armadas e o seu programa (independentemente do legítimo de todas as críticas e do necessário de todos os actos de pressão e de reivindicação, dado que se trata apenas de um Governo de coligação democrática e não de um Governo Popular); ou em alternativa, combatendo o Governo Provisório e o M.F.A., oferecer à reacção as

armas que ela necessita para, alegando a incapacidade da esquerda em governar, aproveitar esta situação de crise para ganhar postos políticos dominantes que lhe permitam defender as suas posições de vantagem no aparelho económico do País.

Também para os estudantes em particular, o actual momento político nacional não deverá ser indiferente.

Nomeado o novo Ministro da Educação e Cultura, que parece querer definitivamente ocupar o lugar que lhe compete, de real executivo governamental, estamos confiantes que se irá avançar ao encontro das melhores soluções no campo do ensino.

Da entrevista que a D.C. da A.A.C. teve na segunda-feira com o Dr. Magalhães Godinho e com os Secretários de Estado, saímos com as melhores garantias de uma efectiva colaboração entre o M.E.C. e as Associações de Estudantes. São do Ministro as palavras "há que restituir às Associações de Estudantes a sua capacidade de diálogo, de movimentação salutar dentro da Escola. O M.A. estudantil tem todo o meu apoio".

É resultado bem nítido que o novo sistema escolar não será apenas o que mais convenha aos estudantes mas aquele que, numa bem clara perspectiva política, melhor sirva os interesses do Povo Português.

Foi também o Ministro que afirmou "os órgãos Associativos não são órgãos de administração pública, e uns cabe a discussão e a crítica aberta franca e livre, e a reivindicação quando necessária, aos segundos cabe a acção política que, como Governo Democrático, realizem interpretando a vontade popular".

É pois a via dum ensino ao serviço e à medida das necessidades do Povo Português que fica aberta, são pois as condições que abrirão caminho à Reforma Geral e Democrática do ensino que estão criadas.

Porém, se é com satisfação que constatamos a vontade do Ministério de caminhar na construção "dum Portugal onde valha a pena viver" não ficarão os estudantes desarmados perante tão equívocas palavras. Um Portugal onde valha a pena viver é um Portugal onde o ensino, tendo um conteúdo progressista e democrático, deixe de estar ao serviço dos monopólios (e muito tempo se perdeu já, em hesitações e paliativos que só animam as forças direitistas e revanchistas);

é um Portugal onde se extinga o analfabetismo (e na inépcia dos anteriores responsáveis governamentais foram os estudantes que lançaram por aí próprios as primeiras iniciativas neste campo);

é um Portugal onde tenham acesso ao ensino as mais largas camadas da população, nomeadamente a juventude trabalhadora (criando-se condições sócio-económicas efectivas para tal: bolsas de estudo, pré-salários, ensino gratuito, aulas nocturnas, serviços de apoio estudantil, etc.);

é um Portugal onde a reacção seja saneada e desmantelada as suas estruturas de apoio;

é um Portugal que seja livre e independente deixando de roubar a liberdade e a independência aos Povos que tem colonizado (e todas as hesitações no protelar do processo de descolonização com o não reconhecimento imediato do direito dos Povos das colónias à completa independência, só serviram para alimentar as forças fascistas e colonialistas em desespero, abrindo caminho aos actos criminosos e terroristas de massacres de nativos nas colónias);

é um Portugal que se liberte, ele próprio, das amarras do imperialismo;

é um Portugal onde progressivamente se vá melhorando a situação económica das massas trabalhadoras à custa dos lucros do grande capital;

é enfim um Portugal onde se caminhe para a total democratização da vida política social e económica em favor das classes trabalhadoras.

E se os estudantes devem como cidadãos estar confiantes na vanguarda democrática que dirige o País, e se os estudantes enquanto tal devem confiar num Ministro que afirma vir ao encontro de algumas das suas mais sentidas reivindicações, será um denável tanto uma indiferença óptica perante a acção dos órgãos governamentais como a expectativa servil de que tudo acabará por ser resolvido.

Há pontos concretos pelos quais podemos lutar e que estão bem ao nosso alcance.

É do maior relevo o contributo que os estudantes poderão dar a curto prazo para o processo de democratização do País, participando nas campanhas de alfabetização e educação sanitária junto das populações rurais. É essencial a colaboração estudantil no estudo e estruturação de nova reforma do ensino através de grupos de trabalho ligados às Associações (por ex: o Centro de Estudos Pedagógicos) e às Faculdades.

É imperiosa a movimentação dos estudantes em favor do saneamento das suas escolas. É de maior importância a solidariedade activa e combativa dos estudantes com os trabalhadores vítimas de despedimentos ou outras manobras patronais, como é o caso presente da Empresa Fabril de Malhas, Lda. É enfim do maior significado a posição anti-colonialista consequente que os estudantes Portugueses vêm assumindo, desmascarando todas as manobras neo-colonialistas e reaccionárias.

O Movimento Associativo, que sob o fascismo foi a base e perspectiva essencial da luta dos estudantes Portugueses, mantém hoje toda a sua importância como mobilizador das grandes massas estudantis em torno de objectivos progressistas ao lado do Povo Trabalhador na construção dum Portugal Livre e Democrático.

Coimbra, 24 de Julho de 1974